2026

RELATÓRIO II
SEMINÁRIO PIBID

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS DA EDUCAÇÃO

Estado da Bahia | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO II SEMINÁRIO PIBID

ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM IES BAIANAS: MOVIMENTOS FORMATIVOS

Este relatório elaborado pela Coordenação Executiva de Programas e Projetos Estratégicos da Educação (CEPEE) no âmbito da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), apresenta a sistematização das atividades, debates e encaminhamentos do II Seminário PIBID, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

2026

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Objetivos geral e específicos do II Seminário PIBID.....10
Figura 2. Síntese dos principais pontos da conferência FORPIBID.....17
Figura 3. Síntese dos principais pontos Diálogo com a CAPES.....22
Figura 4. Síntese dos principais pontos discussão CAPES e coordenadores das IES.....25
Figura 5. Panorama social da educação na Bahia.....27
Figura 6. PIBID.....30
Figura 7. Síntese da apresentação do GT1.....37
Figura 8. Síntese da apresentação do GT2.....39
Figura 9. Síntese da apresentação do GT3.....41
Figura 10. Síntese da apresentação do GT4.....44
Figura 11. Síntese da apresentação do GT4.....47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro 1. Quantitativo dos coordenadores participantes do II Seminário.....12
Quadro 2. Informações dos processos.....13
Quadro 3. Cronograma CAPES de implementação avalia PIBID (2026) 22
Quadro 4. Panorama do PIBID no estado da Bahia.....25

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEE	Coordenação Executiva de Programas e Projetos Estratégicos da Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPIBID	Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
SEC/BA	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal Baiano
SBL	Simpósio Baiano das Licenciaturas
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....6
2. O PIBID.....7
3. OBJETIVOS DO SEMINÁRIO.....9
4. JUSTIFICATIVA.....11
5. PARTICIPANTES.....13
6. TRÂMITES ADMINISTRATIVOS.....14
7. METODOLOGIA.....15
8. A PROGRAMAÇÃO.....16
8.1 Primeiro Dia.....16
8.1.1 Conferência de Abertura- O papel do FORPIBID na articulação entre a Política Pública do PIBID e a atuação das IES nas escolas de educação básica da Rede de Ensino Público do Estado da Bahia 17
8.1.2... Diálogo com a CAPES.....21
8.1.2.2 Primeiro momento com a Capes.....21
8.1.2.2. Segundo momento.....25
8.2. Segundo dia.....26
8.2.1 Diálogo com a SEC.....26
8.2.2 Primeiro momento com a SEC.....27
8.2.3. Segundo momento com a SEC.....34
8.3 GT DE COORDENADORES DE ÁREA- AVALIA PIBID/ BAHIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....35
8.3.1 GT 1 – Articulação institucional e regime de colaboração.....36
8.3.2 GT 2 – PIBID, Estágio, Extensão e Pesquisa.....42
GT 4 – Organização, mediação e sistematização.....45
GT 5 – Gestão e Financiamento à programas de iniciação à docência.....48
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 51
APÊNDICE A – REGISTRO DAS ATIVIDADES.....53

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por finalidade apresentar a sistematização das atividades desenvolvidas durante o **II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com IES Baianas: movimentos formativos**, realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2026, promovido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC/BA, no âmbito da Coordenação Executiva de Programas e Projetos Estratégicos da Educação (CEPEE). O Seminário constituiu-se como espaço de diálogo, articulação institucional e fortalecimento das ações vinculadas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no Estado da Bahia, reunindo coordenadores institucionais, coordenadores de gestão e coordenadores de área, das Instituições de Ensino Superior baianas, representantes da CAPES e do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (FORPIBID).

A programação do evento contemplou mesas institucionais, conferências, diálogos formativos, grupos de trabalho e momentos de socialização, abordando temáticas relacionadas à articulação entre as políticas públicas de formação docente e a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) nas escolas da rede pública de ensino da Bahia. Nesse sentido, destacaram-se as discussões acerca do papel do FORPIBID, das ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação da Bahia e dos processos de acompanhamento e avaliação do Programa por meio da Portaria 357 de 15 de dezembro de 2025, valia PIBID.

O seminário foi um espaço de reflexões sobre os desafios e possibilidades da formação inicial docente, fortalecendo a articulação entre as IES e a SEC e reafirmando o compromisso coletivo com a valorização das licenciaturas e o fortalecimento das políticas de iniciação à docência. De modo, o evento consolidou-se como um importante espaço de construção colaborativa, culminando na elaboração de encaminhamentos e proposições voltadas ao fortalecimento do PIBID no Estado da Bahia.

2. O PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma política de formação inicial de professores da educação básica no Brasil, consolidando-se, ao longo dos anos, como estratégia estruturante para o fortalecimento das licenciaturas e para a valorização da carreira docente. Instituído por meio da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, o Programa foi concebido com a finalidade de fomentar a iniciação à docência e promover a inserção qualificada de estudantes dos cursos de licenciatura no contexto das escolas públicas, contribuindo para a aproximação entre as IES e as redes públicas de educação básica.

A criação do PIBID representou um marco significativo no âmbito das políticas educacionais voltadas à formação docente, ao reconhecer a necessidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática desde os primeiros momentos da formação acadêmica. Nesse sentido, o lançamento do primeiro edital nacional do Programa, em 2008, no âmbito do Ministério da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), inaugurou um novo modelo de formação inicial pautado na vivência concreta do cotidiano escolar, na valorização da escola pública como espaço formativo e na construção coletiva do conhecimento pedagógico.

Desde então, o PIBID vem sendo continuamente ampliado por meio de sucessivos editais nacionais, consolidando-se como política pública de alcance nacional e relevância social. Ao longo de sua trajetória, o Programa passou a contemplar diferentes áreas do conhecimento e modalidades educacionais, fortalecendo o compromisso com a diversidade, a inclusão e a redução das desigualdades educacionais. A continuidade do Programa por meio de editais demonstra o reconhecimento institucional de sua relevância para o fortalecimento da formação docente e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

Atualmente regulamentado pela Portaria CAPES nº 90, de 25 de março de 2024, o PIBID tem entre seus princípios orientadores, a articulação entre teoria e prática, o trabalho coletivo, o pluralismo de ideias, o compromisso social, a valorização da diversidade e a gestão democrática da educação pública. Tais princípios evidenciam a compreensão da formação docente como processo complexo, colaborativo e socialmente comprometido com a transformação da realidade educacional.

O Programa é desenvolvido por meio de Projetos Institucionais elaborados pelas Instituições de Ensino Superior, em parceria com as redes públicas de ensino, estruturados em subprojetos e Núcleos de Iniciação à Docência. Participam dessas ações licenciandos bolsistas, professores supervisores das escolas públicas e docentes orientadores das universidades, promovendo uma dinâmica de formação pautada no diálogo permanente entre universidade e escola. Essa estrutura favorece a inserção orientada e supervisionada dos estudantes de licenciatura no cotidiano das instituições escolares, possibilitando experiências formativas que contribuem significativamente para o desenvolvimento da identidade profissional docente e para o aprimoramento das práticas pedagógicas.

O Edital vigente CAPES nº 10/2024 reafirma a centralidade do PIBID na política nacional de formação de professores, ao prever a seleção de Projetos Institucionais em diferentes áreas de formação. Outro aspecto relevante refere-se à implementação da Avaliação dos Projetos Institucionais do PIBID (Avalia PIBID), instituída pela Portaria CAPES nº 357, de 15 de dezembro de 2025. A iniciativa estabelece diretrizes, critérios e instrumentos voltados ao acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pelas IES participantes, promovendo uma cultura de avaliação orientada ao aperfeiçoamento contínuo da política pública. O processo avaliativo considera dimensões relacionadas ao desenvolvimento dos projetos, à formação discente, à produção acadêmica, à institucionalização do Programa e à articulação com as redes públicas de ensino, reforçando a importância da qualidade das experiências formativas e da efetividade das ações implementadas.

Dessa forma, ao promover a integração entre educação superior e educação básica, o Programa amplia as possibilidades de qualificação da formação docente, fortalece o compromisso social das instituições formadoras e reafirma a importância da educação pública como eixo fundamental para o desenvolvimento educacional e social do país.

3. OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

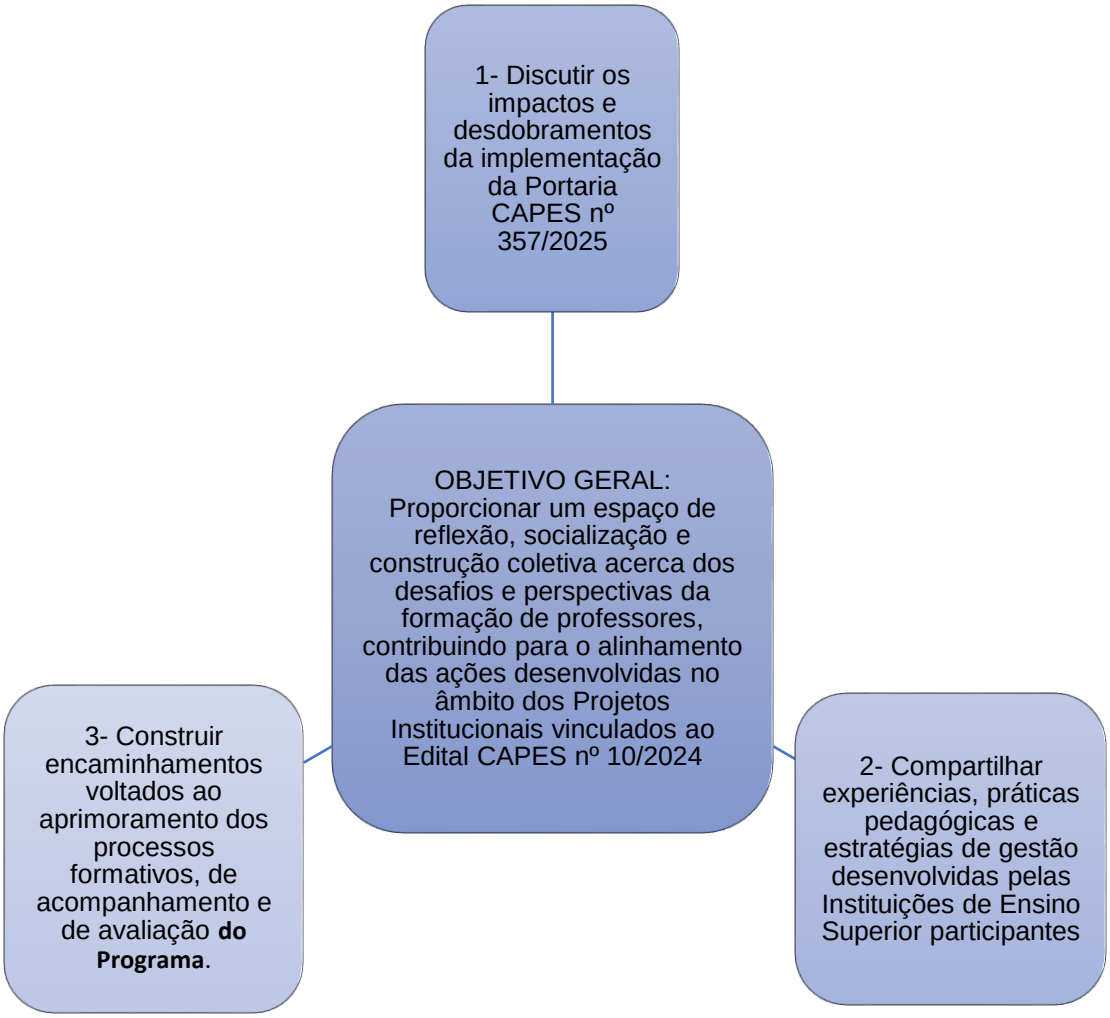
O **II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com IES Baianas: movimentos formativos**, teve como objetivo promover o fortalecimento institucional, formativo e político do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no Estado da Bahia, por meio da ampliação do diálogo e da articulação entre a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, as Instituições de Ensino Superior participantes do Programa, representantes da CAPES e FORPIBID.

O evento buscou proporcionar um espaço de reflexão, socialização e construção coletiva acerca dos desafios e perspectivas da formação de professores, contribuindo para o alinhamento das ações desenvolvidas no âmbito dos Projetos Institucionais vinculados ao Edital CAPES nº 10/2024.

No que concerne os objetivos específicos, o seminário buscou discutir os impactos e desdobramentos da implementação da Portaria CAPES nº 357/2025; compartilhar experiências, práticas pedagógicas e estratégias de gestão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior participantes; e construir encaminhamentos voltados ao aprimoramento dos processos formativos, de acompanhamento e de avaliação do Programa.

Além disso, o Seminário teve como propósito fortalecer as redes de colaboração entre os diferentes sujeitos envolvidos na execução do PIBID, favorecer a construção de posicionamentos institucionais conjuntos e ampliar o debate sobre questões relevantes para a valorização das licenciaturas e o fortalecimento das políticas públicas de formação inicial de professores.

Figura 1. Objetivos geral e específicos do II Seminário PIBID



Fonte: CEPEE (2026).

4. JUSTIFICATIVA

O ***II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com IES Baianas: movimentos formativos*** justifica-se pela necessidade de fortalecimento institucional, formativo e político do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no âmbito do Estado da Bahia, considerando o atual contexto de reconfiguração das políticas nacionais de formação inicial de professores. Desse modo, o seminário consolidou-se como um espaço de diálogo, articulação, mobilização e construção coletiva entre a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e as Instituições de Ensino Superior participantes do Programa, contribuindo para o fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito do Edital CAPES nº 10/2024.

O Seminário tornou-se ainda mais necessário diante da ausência de encontros estaduais promovidos pela Secretaria da Educação durante o atual ciclo do Programa (2024–2026). O último seminário estadual do PIBID ocorreu em 2023, ainda no contexto do edital anterior, de modo que o atual período de execução do Programa transcorreu, até então, sem a realização de espaços ampliados de integração, acompanhamento e alinhamento institucional entre as IES e SEC.

Além disso, o contexto atual do PIBID apresenta novos desafios institucionais decorrentes da publicação da Portaria CAPES nº 357, de 15 de dezembro de 2025, que instituiu a Avaliação dos Projetos Institucionais do PIBID (Avalia PIBID). Esse novo instrumento de acompanhamento e avaliação introduziu mudanças significativas na dinâmica de execução do Programa, estabelecendo critérios e indicadores que impactam diretamente a permanência, continuidade e qualidade dos Projetos Institucionais desenvolvidos pelas IES. Nesse contexto, o Seminário se constituiu como espaço fundamental para socialização das novas diretrizes, alinhamento das ações institucionais, discussão dos critérios avaliativos e compartilhamento de estratégias voltadas ao fortalecimento dos processos formativos, de gestão e de acompanhamento pedagógico dos subprojetos.

A iniciativa também se justificou pela necessidade de fortalecimento da articulação entre a SEC e as IES baianas participantes do Programa. Nesse sentido, o Seminário favoreceu a ampliação do diálogo interinstitucional, a construção coletiva de encaminhamentos e o fortalecimento das redes de colaboração entre os diferentes sujeitos envolvidos na política de formação docente.

Além disso, o seminário possibilitou a construção de posicionamentos institucionais conjuntos, a discussão e socialização dos desafios enfrentados na execução do Programa, especialmente no que se refere à permanência estudantil e valorização das licenciaturas, consolidando-se como como ação necessária, estratégica e institucionalmente relevante para o fortalecimento das políticas de formação inicial docente.

5. PARTICIPANTES

O II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com Instituições de Ensino Superior Baianas: Movimentos Formativos foi direcionado aos coordenadores responsáveis pela implementação e gestão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do programa no estado da Bahia. O público do evento foi composto por coordenadores institucionais, coordenadores de gestão e coordenadores de área, atores estratégicos para o planejamento, acompanhamento e execução das ações desenvolvidas no âmbito dos Projetos Institucionais do PIBID.

Ressalta-se que, no estado da Bahia, o PIBID é desenvolvido por **13 Instituições de Ensino Superior**, sendo **12 instituições públicas e uma instituição privada**. Entretanto, o II Seminário contou com a participação de representantes de 12 dessas instituições, registrando-se apenas a ausência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Ainda assim, o evento assegurou ampla representatividade institucional, qualificando o espaço de diálogo, articulação e construção coletiva em torno do fortalecimento do PIBID no estado.

Ao todo, participaram do seminário, 84 pessoas, sendo **68 coordenadores** das **12 IES**. Desse total, estiveram presentes **11 Coordenadores Institucionais (CI)**, **8 Coordenadores de Gestão (CG)** e **49 Coordenadores de Área (CA),** conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Quantitativo dos coordenadores participantes do II Seminário.

IES	CI	CG	CA	TOTAL
UEFS	1	2	6	9
UNEB	1	1	3	5
UESC	1	1	4	6
UESB	1	0	3	4
UFBA	1	0	4	5
UFRB	1	1	5	7
UFOB	1	0	2	3
UFSB	1	1	4	6
UNIVASF	0	0	5	5
IFBA	1	1	8	10
IFBAIANO	1	1	4	6
UCSAL	1	0	1	2
TOTAL	**11**	**8**	**49**	**68**

Fonte: CEPEE (2026).

6. TRÂMITES ADMINISTRATIVOS

A realização do II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com IES Baianas: Movimentos Formativos demandou abertura dos processos: Credenciamento e hospedagem (011.11003.2026.0030878-39), Aquisição Banner (011.11003.2026.0030999-26), Pastas Zip Zap (011.11003.2026.0030868-67), Aquisição de Crachás (011.11003.2026.0030870-81), Passagens áreas e terrestres (011.11003.2026.0030877-58). Cabe destacar que os processos Pastas Zip Zap e Aquisição de crachá não lograram êxito.

No âmbito do transporte dos participantes, foram providenciadas 40 passagens, sendo 11 passagens aéreas e 29 passagens rodoviárias, possibilitando a participação de representantes das Instituições de Ensino Superior localizadas em diferentes territórios do estado da Bahia e garantindo a ampla representatividade das instituições vinculadas ao PIBID.

Quadro 2. Informações dos processos

Nº Processo	Objeto	Valor	Solicitação
011.11003.2026.0030878-39	Credenciamento hospedagem	R$ 76303,12	Atendida
011.11003.2026.0030999-26	Aquisição Banner	R$ 216,78	Atendida
011.11003.2026.0030868-67	Pastas Zip Zap	-	Não atendido
011.11003.2026.0030870-81	Aquisição de Crachás	-	Não atendido
011.11003.2026.0030877-58	Passagens áreas e terrestres	Não informado	Atendida

Fonte: CEPEE (2026).

7. METODOLOGIA

Para a elaboração deste relatório foi adotada uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, por possibilitar a compreensão e o registro detalhado das atividades desenvolvidas durante o evento, uma vez que a pesquisa qualitativa permite analisar fenômenos sociais a partir de seus significados, experiências e interações, favorecendo a descrição dos conteúdos discutidos e das contribuições apresentadas pelos participantes.

A coleta das informações ocorreu durante a realização do seminário, por meio da observação direta das atividades desenvolvidas, do registro sistemático das discussões e da gravação das apresentações, palestras, mesas de diálogo e demais momentos que compuseram a programação do evento. Esses registros possibilitaram a recuperação fiel dos conteúdos abordados, das informações compartilhadas pelos palestrantes e dos principais temas debatidos ao longo das atividades.

Posteriormente, os materiais registrados foram analisados de forma descritiva, buscando sistematizar os conteúdos apresentados e as discussões realizadas durante o seminário. A análise concentrou-se na identificação dos temas abordados, das experiências compartilhadas, das ações apresentadas pelas instituições participantes.

8. A PROGRAMAÇÃO

O **II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com IES Baianas: movimentos formativos** foi estruturado com o objetivo de promover espaços de diálogo, articulação institucional e reflexão coletiva.

Ao longo dos dois dias do seminário, a programação abordou temas centrais relacionados à articulação entre universidade e escola pública, ao fortalecimento das licenciaturas, aos desafios da permanência estudantil e aos processos de acompanhamento e avaliação do PIBID no contexto da implementação do Avalia PIBID.

Além disso, as atividades também buscaram consolidar redes de colaboração entre as Instituições de Ensino Superior, reafirmando o compromisso com a valorização da docência e da educação pública.

8.1 Primeiro Dia

Nesta seção, são apresentadas as atividades que compuseram a programação do primeiro dia do II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com IES Baianas: movimentos formativos. As ações concentraram-se em duas conferências voltadas ao fortalecimento da política de formação inicial de professores e ao aprimoramento da gestão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A primeira conferência, intitulada **"O papel do FORPIBID na articulação entre a Política Pública do PIBID e a atuação das IES nas escolas de educação básica da Rede de Ensino Público do Estado da Bahia"**, abordou o papel estratégico do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID) na articulação entre os diferentes atores responsáveis pela implementação do Programa. Em seguida, foi realizada a conferência **"Diálogo com a CAPES- Avalia PIBID"**, conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apresentou as diretrizes, os fundamentos e os aspectos operacionais do novo modelo de avaliação dos projetos institucionais, com foco no fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo do Programa.

8.1.1 Conferência de Abertura- O papel do FORPIBID na articulação entre a Política Pública do PIBID e a atuação das IES nas escolas de educação básica da Rede de Ensino Público do Estado da Bahia.

A conferência com o FORPIBID foi realizada no dia 27 de abril, das 10h10 às 12h00. Conduzida pela presidenta do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (FORPIBID) Dr.ª Jaqueline Rabelo, o momento contemplou reflexões sobre a formação docente, a valorização dos profissionais da educação, os desafios da expansão da educação a distância, o papel do PIBID na formação inicial de professores e as ações desenvolvidas pelo Fórum em defesa da política pública de iniciação à docência.

A exposição foi iniciada com a problematização da expansão dos cursos de licenciatura na modalidade a distância, destacando preocupações quanto à qualidade da formação de professores, uma vez que o processo de formação docente exige vivências práticas, contato direto com estudantes e compreensão da realidade escolar, especialmente em áreas como a alfabetização.

Os dados do Censo Escolar, evidenciaram que a Bahia possui elevado percentual de professores concursados na rede estadual, resultado considerado relevante para a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

O PIBID foi criado em 2007 e passou por importantes transformações ao longo dos anos. As experiências acumuladas ao longo do programa demonstram que escolas e turmas que contam com a atuação de bolsistas do PIBID apresentam avanços significativos em seus processos educativos.

Também foi destacada a relevância da articulação entre universidade e escola proporcionada pelo programa e a necessidade de ampliar e aproximar os estudantes da educação básica com as IES, por meio da participação em oficinas, minicursos e outras atividades que permitam aos jovens conhecer a universidade pública e visualizar possibilidades de continuidade dos estudos.

Os dados dos levantamentos realizados pelo FORPIBID evidenciaram que a maioria dos bolsistas possui renda familiar de até três salários mínimos, sendo significativa a parcela de estudantes oriundos de famílias beneficiárias de programas sociais e que cursaram integralmente a educação básica em escolas públicas, reforçando o papel do PIBID na permanência estudantil e no acesso à formação superior por jovens pertencentes à classe trabalhadora.

Os dados apresentados também indicaram elevado interesse dos bolsistas pela carreira docente e pela continuidade da formação acadêmica em cursos de especialização, mestrado e doutorado. Além disso, os participantes apontaram que o programa contribui para aprofundar conhecimentos específicos de suas áreas de formação, favorecendo discussões pedagógicas e o desenvolvimento de atividades como observação da prática docente, planejamento supervisionado, regência, elaboração de projetos, oficinas e ações pedagógicas diversas.

Além disso, foram apresentadas as principais ações desenvolvidas pelo FORPIBID desde sua criação em 2014, evidenciando que o Fórum está em processo de formalização, buscando fortalecer sua atuação institucional e ampliar sua capacidade de articulação política. A principal pauta do Fórum é a defesa da formação de professores e professoras, por meio da ocupação de espaços de participação e debate em diferentes instâncias nacionais relacionadas à educação.

O fortalecimento do programa depende da mobilização coletiva das instituições, coordenadores, supervisores e estudantes envolvidos com o PIBID em todo o país.

Também foram relatados os esforços de mobilização realizados pelo FORPIBID junto ao Congresso Nacional para aprovação do PIBID como política de estado permanente, incluindo reuniões com parlamentares, campanhas de mobilização e acompanhamento da tramitação legislativa nas diferentes comissões da Câmara dos Deputados.

Ao final da exposição, foi aberto espaço para diálogo com os participantes. As intervenções abordaram temas relacionados à democratização do acesso à universidade pública, ao perfil socioeconômico dos estudantes das licenciaturas, à necessidade de ampliação de políticas de permanência estudantil, à defesa do financiamento da educação pública e à importância do PIBID como estratégia de fortalecimento da formação inicial de professores. Também foram discutidas preocupações relacionadas aos processos de privatização da educação e aos impactos dessas iniciativas sobre a oferta da educação pública.

O momento foi encerrado com o reforço da importância da articulação entre universidades, escolas de educação básica, CAPES, secretarias de educação e entidades representativas para a defesa da formação docente e para o fortalecimento do PIBID como política pública estratégica para a educação brasileira. A Figura 2, apresenta uma síntese dos principais temas discutidos na conferência de abertura,

destacando a atuação do FORPIBID na articulação da política pública do PIBID e sua contribuição para o fortalecimento da formação docente e da educação pública.

Figura 2. Síntese dos principais pontos da conferência FORPIBID

Fonte: CEPEE (2026).

8.1.2 Diálogo com a CAPES

O diálogo com a CAPES foi estruturado em dois momentos complementares. O primeiro momento teve início com a apresentação do **Avalia PIBID**, instrumento de acompanhamento e avaliação instituído pela CAPES, na qual foram expostos seus objetivos, metodologia, indicadores e implicações para o desenvolvimento dos subprojetos. O segundo momento, contemplou um espaço de diálogo com os participantes, possibilitando o esclarecimento de dúvidas, o compartilhamento de experiências e a discussão de desafios e perspectivas relacionados à execução do programa, fortalecendo a interlocução entre a CAPES, a Secretaria da Educação e as instituições participantes.

8.1.2.1 Primeiro momento com a Capes

A apresentação da Coordenadora-Geral da CAPES, Lorena Lins Damasceno, teve como objetivo discutir o processo de implementação da Portaria 357 de 15 de dezembro de 2025, Avalia PIBID, instrumento normativo que busca instituir uma política permanente de avaliação dos projetos institucionais vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Inicialmente foi feita a contextualização da reestruturação administrativa ocorrida na CAPES. A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica passou a contar com uma nova coordenação específica voltada à gestão da informação e à avaliação dos programas. Até então, a estrutura da diretoria era composta principalmente por coordenações voltadas à gestão operacional dos programas, ao pagamento de bolsas, ao fomento e ao acompanhamento cotidiano das ações desenvolvidas. Com a criação da Coordenação-Geral de Gestão da Informação e Avaliação dos Programas, foi possível constituir uma equipe dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de processos avaliativos, cujo objetivo é transformar o PIBID em uma política contínua, sustentada por ciclos permanentes de avaliação. A regulamentação do programa já previa que os resultados da avaliação poderiam subsidiar decisões relacionadas à manutenção, ampliação ou redução das cotas concedidas. Nesse sentido, além da portaria já publicada, novas diretrizes seriam

divulgadas posteriormente com detalhamento dos critérios, pesos e procedimentos da avaliação.

Para a construção do Avalia PIBID, a CAPES utilizou diferentes fontes de informação, como documentos normativos do programa, oficinas regionais realizadas em diferentes regiões do país, debates promovidos no âmbito do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e contribuições da própria comunidade do PIBID. A questão central apresentada aos participantes foi identificar quais aspectos deveriam ser considerados imprescindíveis em uma avaliação do programa. As respostas obtidas foram sistematizadas e incorporadas à construção dos critérios avaliativos. Além disso, foram analisados os resultados de avaliações anteriores, os questionários já aplicados ao longo dos anos aos bolsistas e supervisores e elementos oriundos de avaliações externas realizadas por outros órgãos governamentais.

A Avalia PIBID não tem como foco avaliar o PIBID enquanto política pública em seu conjunto, mas sim os projetos institucionais desenvolvidos pelas instituições participantes, uma vez que os resultados obtidos permitirão compreender tendências, desafios e potencialidades do próprio programa. Desse modo, o acompanhamento realizado pela CAPES ao longo dos dezoito anos de existência do programa também forneceu elementos importantes para o desenho da avaliação. As experiências acumuladas, os eventos realizados e a convivência contínua com a comunidade do PIBID permitiram à equipe identificar aspectos centrais que deveriam compor o novo modelo avaliativo.

Nesse sentido, a avaliação buscará verificar se os projetos efetivamente contribuem para o fortalecimento da formação inicial de professores e para a valorização das licenciaturas. Além disso, os resultados obtidos deverão subsidiar decisões relacionadas à permanência, ao aperfeiçoamento e ao financiamento dos projetos. Outro objetivo destacado refere-se ao fortalecimento de uma cultura avaliativa voltada para a melhoria contínua das ações desenvolvidas pelas instituições. A avaliação também pretende identificar e valorizar experiências consideradas consistentes e transformadoras para a formação docente.

Com relação à estrutura da avaliação, foram constituídos seis grupos temáticos compostos por consultores especialistas nas diferentes áreas do conhecimento. Esses grupos serão responsáveis pela análise dos subprojetos vinculados às respectivas licenciaturas. Paralelamente, foi criado um Grupo Transversal de Formação Docente, cuja função será avaliar os projetos institucionais de forma global,

considerando a integração entre os diferentes subprojetos e a coerência geral das ações desenvolvidas pela instituição. A avaliação institucional ocorrerá após a conclusão das análises realizadas pelos grupos temáticos. Também foi instituída uma Comissão Coordenadora da Avaliação, formada pelos coordenadores de cada grupo temático, responsável por coordenar os trabalhos, assegurar a coerência metodológica e consolidar os resultados finais. Os critérios de avaliação serão comuns para todas as áreas, mas a interpretação dos resultados será realizada à luz das especificidades de cada campo de formação.

Atualmente existem 290 projetos institucionais vinculados ao PIBID, totalizando 1.959 subprojetos. O programa envolve 432 coordenadores institucionais e coordenadores de gestão, 3.222 coordenadores de área, 9.718 supervisores e mais de 75 mil estudantes bolsistas de iniciação à docência. Diante desses números, a implementação do Avalia PIBID é um processo histórico e desafiador para a CAPES.

Os critérios de avaliação estão organizados em três grandes eixos: desenvolvimento do projeto, formação discente e produção intelectual, e institucionalização e relação com as redes de ensino. No eixo desenvolvimento do projeto serão observados o cumprimento das metas originalmente propostas pelas instituições, o alcance dos resultados planejados, a implementação dos núcleos, a utilização das cotas de bolsas e a permanência dos participantes no programa. Também será considerada a participação dos bolsistas nos instrumentos de acompanhamento e avaliação, especialmente nos questionários aplicados pela CAPES.

No eixo formação discente e produção intelectual serão avaliados o acompanhamento realizado junto aos bolsistas, a trajetória acadêmica dos estudantes, a aderência das atividades desenvolvidas aos conhecimentos didáticos e pedagógicos da área de formação, a percepção dos bolsistas e supervisores sobre o programa e a produção acadêmica e científica resultante da participação no PIBID. Já o eixo institucionalização e relação com as redes contemplará aspectos relacionados às contrapartidas oferecidas pelas instituições, à articulação com as redes de ensino, ao relacionamento com a comunidade escolar e à transparência das ações desenvolvidas.

O Quadro 3 apresenta o cronograma estabelecido pela CAPES para a implementação do Avalia PIBID no ano de 2026, evidenciando as principais etapas, prazos e ações previstas para a operacionalização da política de avaliação dos projetos institucionais vinculados ao programa. Na sequência, a Figura 3 sintetiza os principais pontos

discutidos durante o diálogo com a CAPES, destacando os aspectos centrais relacionados à implementação do Avalia PIBID, aos procedimentos de avaliação e aos encaminhamentos apresentados pela equipe técnica da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica.

Quadro 3. Cronograma CAPES de implementação avalia PIBID (2026).

PERÍODO	ATIVIDADE
Novembro de 2025	Início dos trabalhos. Elaboração dos instrumentos e dos indicadores
Janeiro a junho de 2026	Construção do sistema de coleta de dados e a aplicação dos questionários para supervisores e estudantes.
Julho e setembro de 2026	Preenchimento das informações pelas IES e a atuação dos consultores na análise dos dados.
Outubro de 2026	Divulgação dos resultados, seguida pelo período destinado aos pedidos de reconsideração e pela publicação do resultado final.

Fonte: CEPEE (2026).

Figura 3. Síntese dos principais pontos Diálogo com a CAPES

Fonte: CEPEE (2026).

8.1.2.2 Segundo Momento

Após a exposição, foi aberto espaço para diálogo com os participantes, que apresentaram questionamentos sobre critérios de avaliação, produção acadêmica, permanência dos bolsistas, financiamento do programa, continuidade das bolsas, atuação dos avaliadores e funcionamento dos instrumentos de coleta de dados. Ao longo das respostas, a coordenadora Lorena Lins reafirmou que a avaliação possui caráter regulatório e formativo, buscando fortalecer o programa e aprimorar sua implementação nas instituições participantes.

As primeiras intervenções concentraram-se na compreensão dos critérios avaliativos e na forma como esses critérios foram apresentados à comunidade do programa. Os participantes destacaram a importância de que os parâmetros utilizados na avaliação sejam amplamente divulgados e compreendidos por coordenadores, supervisores e bolsistas, permitindo maior clareza sobre os aspectos observados ao longo do processo.

O conhecimento prévio dos critérios contribui para o alinhamento das ações desenvolvidas e favorece uma participação mais consciente de todos os envolvidos.

Outro tema debatido foi a permanência dos estudantes no programa, uma vez que a evasão de bolsistas constitui uma realidade presente em diversas instituições, especialmente em decorrência de questões socioeconômicas. Muitos licenciandos, diante da necessidade de complementar a renda, optam por oportunidades de trabalho que oferecem remuneração superior à bolsa do PIBID, ainda que reconheçam a relevância formativa proporcionada pelo programa. Nesse contexto, existe a preocupação quanto à utilização da rotatividade dos bolsistas como indicador avaliativo, destacando-se a necessidade de considerar os fatores externos que influenciam a permanência dos estudantes.

Além disso, os participantes demonstraram interesse em compreender como ocorrerá a devolutiva institucional e quais mecanismos estarão disponíveis para eventuais pedidos de reconsideração. A discussão avançou para aspectos relacionados à produção acadêmica e científica desenvolvida pelos bolsistas e supervisores. Foi ressaltado que as condições de financiamento atualmente disponíveis diferem de períodos anteriores do programa, quando havia maior disponibilidade de recursos para participação em eventos, aquisição de materiais e divulgação das experiências

produzidas. Essas diferenças precisam ser consideradas no momento da avaliação, uma vez que influenciam diretamente as possibilidades de realização de determinadas atividades.

Questões relacionadas aos instrumentos de coleta de dados também ocuparam parte significativa do debate. Foram relatadas dificuldades de interpretação de algumas perguntas presentes nos questionários aplicados aos supervisores e estudantes. Entre os exemplos apresentados, destacaram-se dúvidas relacionadas ao acompanhamento das atividades dos bolsistas, à participação dos estudantes em determinadas atividades escolares, ao planejamento conjunto entre supervisores e coordenadores e à compreensão de conceitos ligados à produção acadêmica.

Com relação à natureza da parceria estabelecida entre universidade e escola, as ações desenvolvidas no âmbito do PIBID resultam de processos de construção coletiva, envolvendo supervisores, coordenadores de área, coordenadores institucionais e bolsistas, respeitando as especificidades de cada contexto escolar e a autonomia pedagógica dos professores da educação básica, razão pela qual é importante que os instrumentos avaliativos se adaptem a essa complexidade.

A continuidade do programa também foi discutida. Os participantes manifestaram preocupação com possíveis interrupções entre ciclos de financiamento e destacaram os impactos que a descontinuidade pode produzir na formação dos licenciandos, no trabalho desenvolvido pelas escolas parceiras e na própria consolidação das ações do PIBID. Muitos estudantes dependem da bolsa para permanecer nos cursos de licenciatura, tornando a estabilidade do programa um elemento fundamental para sua trajetória acadêmica.

Ao longo das discussões, também foram apresentadas preocupações relacionadas às condições institucionais de implementação do programa. Representantes das instituições destacaram as limitações orçamentárias enfrentadas pelas universidades públicas e a ausência de recursos específicos para apoiar financeiramente diversas atividades do PIBID. Outro ponto destacado, refere-se às especificidades das instituições de menor porte, tendo em vista as diferenças existentes entre universidades com distintos números de cursos, bolsistas e subprojetos, salientando a necessidade de evitar comparações exclusivamente quantitativas que desconsiderem as particularidades de cada contexto institucional.

De maneira geral, o diálogo evidenciou o interesse da comunidade acadêmica em compreender detalhadamente os instrumentos, indicadores e critérios que orientarão

o processo avaliativo do PIBID, revelando ao mesmo tempo a preocupação dos coordenares em garantir que a avaliação considere a diversidade de realidades institucionais, as especificidades das áreas de formação, as condições materiais de desenvolvimento dos projetos e os múltiplos desafios enfrentados no cotidiano da formação inicial de professores.

Figura 4. Síntese dos principais pontos discussão CAPES e coordenadores das IES.

Fonte: CEPEE (2026).

8.2 Segundo dia

O segundo dia do II Seminário PIBID foi dedicado ao fortalecimento do diálogo institucional entre a SEC e IES participantes do PIBID na Bahia. No turno da manhã, a atividade "**O papel da SEC na articulação entre a Política Pública do PIBID e a atuação das IES nas escolas de Educação Básica da Rede de Ensino Público do Estado da Bahia**" promoveu reflexões sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria no acompanhamento e fortalecimento da política de formação inicial docente. Em seguida, o "Diálogo SEC com as IES", realizado em formato de mesa aberta ao público, possibilitou ampla participação dos coordenadores institucionais, coordenadores de área e demais participantes, favorecendo a socialização de demandas, experiências e encaminhamentos relacionados à execução do Programa. No período da tarde, os Grupos de Trabalho de Coordenadores de Área constituíram importante espaço colaborativo de discussão acerca dos desafios e possibilidades do Avalia PIBID na Bahia, promovendo a troca de experiências e a construção coletiva de propostas voltadas ao fortalecimento das ações formativas e pedagógicas desenvolvidas no âmbito dos subprojetos.

8.2.1 Diálogo com a SEC

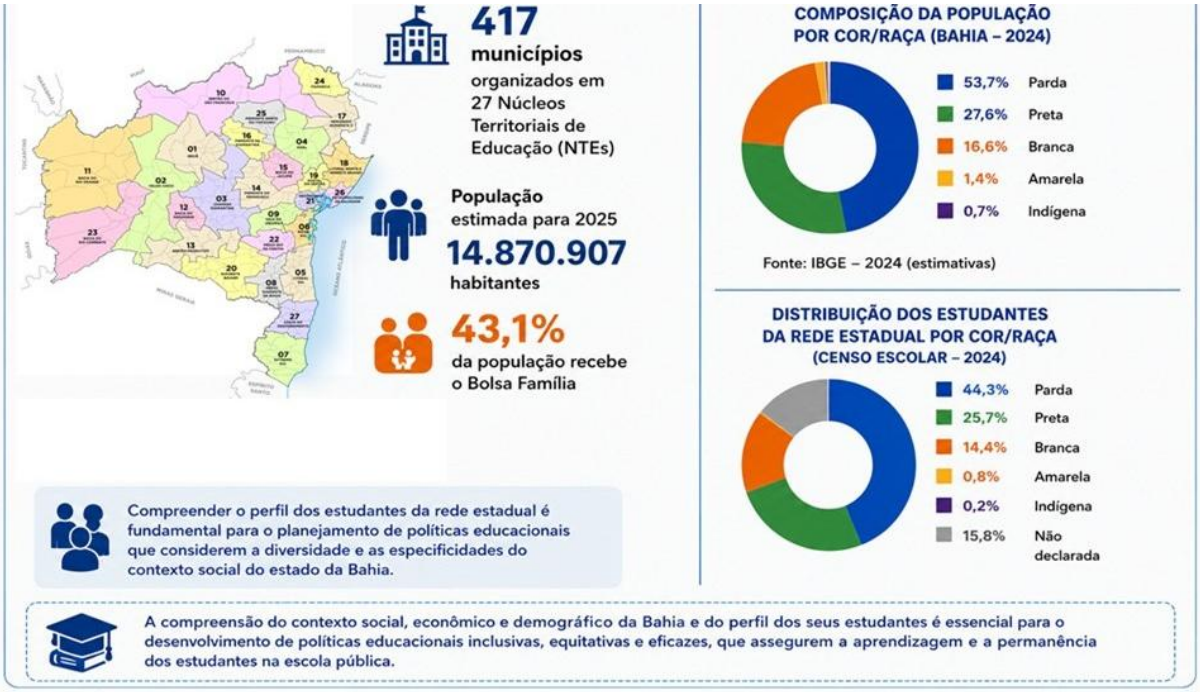
O diálogo conduzido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) foi estruturado em dois momentos complementares, com o objetivo de contextualizar a política de formação docente e a implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no estado. No primeiro momento, foi apresentada uma contextualização do cenário socioeconômico e educacional da Bahia, seguida da abordagem sobre a regulamentação do PIBID e panorama atual do programa no estado. No segundo momento, foi realizada uma mesa aberta de diálogo, destinada ao debate entre os participantes, proporcionando um espaço para esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de experiências, apresentação de demandas e construção coletiva de encaminhamentos voltados ao fortalecimento da articulação entre a SEC e IES.

8.2.2 Primeiro momento com a SEC

A apresentação intitulada **"O papel da SEC na articulação entre a política pública do PIBID e a atuação das IES nas escolas de Educação Básica da Rede de Ensino Público do Estado da Bahia"**, apresentada no âmbito do **II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com Instituições de Ensino Superior Baianas: Movimentos Formativos**, realizado em Salvador-BA no ano de 2026, inicia contextualizando o território baiano e os desafios educacionais presentes no estado.

A Bahia possui **417 municípios**, organizados em **27 Núcleos Territoriais de Educação (NTEs)**. A população estimada para 2025 é de **14.870.907 habitantes**, sendo que **43,1% da população recebe o Bolsa Família**, evidenciando importantes desafios sociais e econômicos que impactam diretamente as políticas públicas educacionais. A apresentação também destacou dados referentes à composição da população por cor e raça e à distribuição dos estudantes segundo essa mesma classificação, ressaltando que **15,8% dos estudantes não declararam cor/raça**, conforme Figura 5.

Figura 5. Panorama social da educação na Bahia.



Fonte: IBGE (2024).

Ao abordar a educação básica na rede estadual, a apresentação reforçou a importância da compreensão do perfil dos estudantes atendidos pela escola pública baiana, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que considerem a diversidade e as especificidades do contexto social do estado.

O programa foi instituído em 2007, por meio da **Portaria Normativa MEC nº 28/2007**. A legislação vigente do PIBID se fundamenta na Portaria **CAPES nº 90, de 25 de março de 2024**, **Edital CAPES nº 10/2024**, publicado em 28 de maio de 2024, e a **Portaria CAPES nº 357, de 15 de dezembro de 2025**. No Edital vigente, CAPES nº 10/2024 está determinada a oferta de 80.040 bolsas, das quais 5.016 cotas destinam-se aos Subprojetos PIBID Equidade e 10.008 cotas aos Subprojetos da área de Alfabetização.

Segundo a Portaria CAPES nº 90, o programa é desenvolvido em regime de colaboração entre a União, por meio da CAPES, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Ensino Superior selecionadas por chamamento público. Entre as atribuições das IES, destaca-se a articulação com as Secretarias de Educação para definição das escolas parceiras e das estratégias de implementação do programa nas redes de ensino.

A Portaria 90 define as atribuições das Secretarias de Educação que aderem ao PIBID, entre elas a articulação com as IES para definição das escolas parceiras e das estratégias de implementação do programa; a colaboração na elaboração e execução do Projeto Institucional; a designação de um ponto focal para interlocução com a IES e a CAPES; o apoio aos processos seletivos dos professores supervisores; o suporte à participação desses supervisores nas atividades do programa; o fornecimento de informações à CAPES sobre a implementação do PIBID na rede; a colaboração com as atividades de acompanhamento e avaliação promovidas pela CAPES e pelas IES; e a divulgação das ações do programa.

Em relação à abrangência do programa na Bahia, foram apresentados dados que evidenciam a dimensão do Programa no estado. Participam do PIBID 13 Instituições de Ensino Superior, totalizando 5.968 bolsistas. As instituições participantes são: UFBA, UFRB, UFSB, UFOB, UNIVASF, UNILAB, UNEB, UEFS, UESC, UESB, IFBA, IFBAIANO e UCSAL.

Ao discutir o papel da Secretaria da Educação na articulação entre o PIBID e as escolas da rede, destaca-se o papel da escola como um espaço formativo, e não apenas como local de aplicação de políticas públicas, evidenciando o protagonismo dos professores supervisores como formadores, a formação continuada de professores em parceria com as Instituições de Ensino Superior, a formação continuada de professores em cursos ***stricto sensu*** com financiamento da SEC e a criação de espaços de diálogo interinstitucional, como seminários, fóruns e redes colaborativas, citando como exemplos o Simpósio Baiano das Licenciaturas (SBL) 2027 e o Seminário 2028. Portanto, a articulação entre a SEC, IES e escolas da rede é essencial para o fortalecimento do programa e fortalecimento da educação pública de qualidade no estado da Bahia.

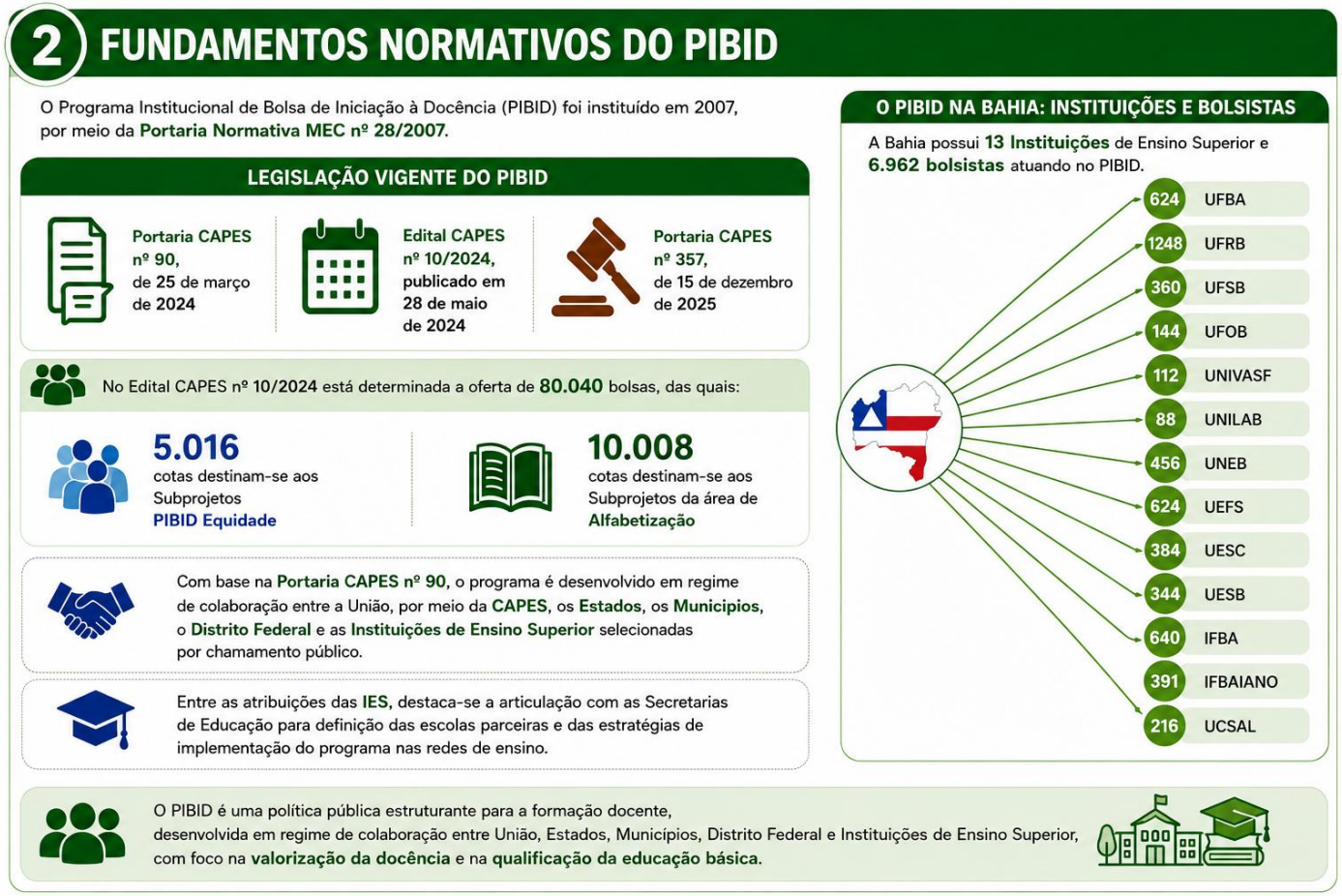
O Quadro 4 apresenta o panorama do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no estado da Bahia, sistematizando informações referentes às Instituições de Ensino Superior (IES) participantes, ao número de bolsistas, subprojetos, supervisores, coordenadores de área e escolas estaduais vinculadas ao programa. Na sequência, o Quadro 4 apresenta uma síntese visual da estrutura do PIBID na Bahia, destacando as 13 Instituições de Ensino Superior participantes e a distribuição de seus 6.962 bolsistas.

Quadro 4. Panorama do PIBID no estado da Bahia.

IES	BOLSISTAS	SUBPROJETOS	SUPERVISORES	COORD. DE ÁREA	ESCOLAS ESTADUAIS
UNIVASF	216	9	27	9	20
UFBA	624	26	78	26	29
UFRB	1.259	15	159	53	42
UFSB	356	5	45	15	30
UNILAB	88	4	11	4	4
IFBA	640	7	80	27	27
UESB	360	15	45	15	29
UCSAL	216	9	27	9	16
UEFS	624	13	78	26	24
UNEB	672	28	84	28	38
UESC	384	14	48	16	10
IFBAIANO	360	6	45	15	18
UFOB	169	6	18	6	13
TOTAL	**5.968**	**157**	**745**	**249**	**300**

Fonte: CEPEE (2026).

Figura 6. PIBID



Fonte: CEPEE (2026).

8.2.3 Segundo momento com a SEC

As questões apresentadas foram relacionadas à continuidade das ações do programa, à articulação entre universidade e escola, à valorização dos professores da educação básica e aos desafios enfrentados pela rede estadual no campo da formação inicial e continuada.

Embora o PIBID seja uma política pública consolidada, é necessário permanente defesa, cuidado institucional e mobilização coletiva, uma vez que sua continuidade depende da articulação entre diferentes sujeitos e instituições. Nesse sentido a construção de redes, o fortalecimento dos vínculos entre SEC, CAPES, IES, Núcleos Territoriais de Educação e escolas da educação básica são caminhos fundamentais para enfrentar as possíveis descontinuidades administrativas, mudanças de governo e limites orçamentários que podem impactar a execução das ações. Nesse sentido, cabe destacar que a atuação da Secretaria junto ao PIBID não tem como objetivo interferir na autonomia das universidades ou nos projetos institucionais, mas apoiar, articular e mediar as condições necessárias para que o programa se desenvolva de forma mais efetiva nas escolas da rede pública. A atuação da SEC nesse processo contribui para ampliar a comunicação com as escolas, orientar gestores, dialogar com os Núcleos Territoriais de Educação e enfrentar possíveis entraves que dificultem a inserção dos licenciandos, supervisores e coordenadores nas unidades escolares. Outro ponto importante refere-se à formação continuada dos profissionais da educação básica na Bahia, onde os mestrados profissionais foram escolhidos como a estratégia voltada à formação em serviço, considerando que esses programas dialogam diretamente com os desafios vivenciados pelos profissionais em seus contextos de atuação. Nesse sentido, a SEC tem buscado garantir o acesso e as condições mínimas de permanência, como o apoio financeiro para deslocamento e alimentação nos dias de aula (ainda que se reconheça a necessidade de aprimoramento desses mecanismos).

Por outro lado, existe dificuldade de professores da educação básica conseguirem liberação ou redução de carga horária para cursar mestrado e doutorado. Muitos docentes, mesmo aprovados em programas de pós-graduação, enfrentam obstáculos para desenvolver suas pesquisas, escrever dissertações e concluir seus cursos, em razão da intensa carga de trabalho nas escolas. Essa questão é uma demanda

sensível e relevante, especialmente por impactar diretamente a qualidade da formação docente, a permanência nos programas e a valorização profissional.

Outro ponto importante refere-se aos currículos, uma vez que a formação docente não pode ser analisada de forma isolada das condições concretas de trabalho nas escolas e dos currículos implementados na educação básica. Nesse sentido, existe a necessidade de ampliar o debate com os setores responsáveis pela política curricular da Secretaria, reconhecendo que currículo é também um campo de disputa política, pedagógica e institucional.

Outro ponto de destaque refere-se à necessidade de maior aproximação entre o PIBID e os sujeitos que atuam diretamente nas escolas, especialmente os professores supervisores. Nesse sentido, ampliação da participação professores da rede nos próximos encontros é de fundamental importância, tendo em vista que eles desempenham papel fundamental na mediação entre universidade, licenciandos e cotidiano escolar.

Como encaminhamento, a SEC sinalizou a intenção de promover ações de comunicação e divulgação do PIBID junto às escolas e aos Núcleos Territoriais de Educação, inclusive por meio de encontros remotos, produção de materiais informativos e articulação com as universidades. Essa iniciativa busca responder a situações em que gestores escolares ainda desconhecem o funcionamento do programa ou não compreendem adequadamente o papel dos professores supervisores e dos licenciandos. Ou seja, a comunicação institucional é vista como uma dimensão estratégica para assegurar melhores condições de desenvolvimento das ações do PIBID nas unidades escolares.

Após as considerações, a atividade foi encerrada destacando o compromisso coletivo da SEC e IES em a defesa do PIBID, da formação docente, da escola pública e da articulação permanente entre educação básica e ensino superior no estado da Bahia.

8.3 GT DE COORDENADORES DE ÁREA- AVALIA PIBID/ BAHIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A última atividade do II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com Instituições de Ensino Superior Baianas: Movimentos Formativos foi realizada no turno vespertino do dia 28 de abril de 2026 e consistiu nos Grupos de Trabalho (GTs) dos

Coordenadores de Área. Estruturada como um espaço de reflexão, sistematização e construção coletiva, a atividade teve como objetivo reunir as contribuições acumuladas ao longo dos dois dias de evento, transformando os debates em proposições concretas para o fortalecimento do PIBID na Bahia. Organizados em cinco grupos temáticos: **GT 1 – Articulação institucional e regime de colaboração, GT 2 – PIBID, Estágio, Extensão e Pesquisa, GT 3 – Políticas Educacionais e Curriculares e Impactos nos subprojetos, GT 4 – Organização, mediação e sistematização, GT 5 – Gestão e Financiamento à programas de iniciação à docência,** os participantes discutiram questões relacionadas à articulação institucional, integração entre PIBID, estágio, extensão e pesquisa, políticas educacionais e currículo, estruturação da Rede PIBID Bahia e gestão e financiamento dos programas de iniciação à docência.

O momento caracterizou-se pela ampla participação dos coordenadores, que compartilharam experiências, desafios e perspectivas oriundas dos diferentes territórios baianos, contribuindo para a elaboração de encaminhamentos e recomendações voltadas ao fortalecimento da formação docente, da relação entre universidade e escola e da consolidação do PIBID como política pública estratégica para a educação básica.

8.3.1 GT 1 – Articulação institucional e regime de colaboração

O Grupo de Trabalho 1 (GT1) concentrou suas discussões na articulação institucional entre as IES, as escolas da educação básica e os sistemas de ensino, tendo como eixo central o fortalecimento do regime de colaboração para consolidação das ações do PIBID. O grupo ressaltou que a construção de uma política efetiva de formação docente depende diretamente da ampliação do diálogo entre universidades, escolas e Secretaria da Educação, de modo que as ações desenvolvidas no âmbito do Programa não sejam compreendidas como iniciativas isoladas, mas como parte integrante das políticas públicas educacionais.

Entre as proposições apresentadas, foi destacado a necessidade de garantir melhores condições estruturais para o funcionamento do PIBID nas escolas parceiras. Nesse sentido, foram apontadas demandas relacionadas à oferta de transporte escolar, alimentação para os estudantes nas unidades de ensino e disponibilização de

materiais pedagógicos necessários à construção de recursos didáticos utilizados pelos bolsistas durante as atividades desenvolvidas nas escolas.

Outro ponto discutido foi a necessidade de a Secretaria da Educação viabilizar concurso público nas áreas com número reduzido de professores como Física, Artes, Filosofia, Sociologia, Música e Letras/Espanhol.

O grupo também ressaltou a importância de garantir espaços institucionais de planejamento coletivo entre supervisores e bolsistas de iniciação à docência, inseridos no calendário acadêmico e pedagógico da Secretaria da Educação, uma vez que o planejamento conjunto constitui elemento essencial para fortalecimento do vínculo entre universidade e escola e para qualificação das experiências formativas dos licenciandos.

Além disso, foi defendida maior publicização das ações do PIBID dentro das unidades escolares, evitando que o Programa fique restrito apenas aos supervisores e bolsistas diretamente envolvidos, tendo em vista que toda a comunidade escolar deve reconhecer e participar das ações do PIBID, fortalecendo o caráter coletivo e institucional do Programa.

No debate sobre valorização dos supervisores, o GT propôs que as atividades desenvolvidas no PIBID possam gerar certificações reconhecidas institucionalmente pela Secretaria da Educação, possibilitando impactos positivos na trajetória funcional dos servidores da educação. Segundo o GT, é importante que a participação no Programa seja compreendida não apenas como recebimento de bolsa, mas como um processo consistente de formação continuada e valorização profissional.

Outro aspecto discutido refere-se às dificuldades enfrentadas pelos supervisores para participação em atividades formativas, seminários e reuniões institucionais. O grupo defendeu a criação de mecanismos mais claros e acessíveis para garantia da participação dos professores sem prejuízos administrativos, assegurando reconhecimento institucional das atividades desenvolvidas no âmbito do PIBID.

Por fim, destacou-se a necessidade de fortalecimento das escolas como espaços efetivos de formação docente, compreendendo a escola pública não apenas como campo de prática, mas como espaço de produção de conhecimento, diálogo pedagógico e construção coletiva da formação inicial de professores. A Figura 7 apresenta uma síntese das principais discussões e encaminhamentos produzidos pelo Grupo de Trabalho 1 (GT1),

Figura 7. Síntese da apresentação do GT1

Fonte: CEPEE (2026).

8.3.2 GT 2 – PIBID, Estágio, Extensão e Pesquisa

O Grupo de Trabalho 2 desenvolveu suas discussões em torno da integração entre PIBID, estágio supervisionado, extensão universitária, pesquisa e componentes curriculares dos cursos de licenciatura. Foi destacado que um dos principais desafios enfrentados pelas instituições, especialmente nas universidades localizadas no interior do estado, refere-se à limitação do número de escolas parceiras e à concentração de estudantes de licenciatura em determinadas unidades escolares.

Para o grupo, essa concentração de licenciandos nas mesmas escolas acaba gerando impactos tanto para as instituições formadoras quanto para as próprias unidades escolares, que passam a receber simultaneamente grande número de estudantes em estágio, extensão e atividades do PIBID. Nesse contexto, o grupo defendeu a necessidade de construção de políticas institucionais que integrem e articulem essas diferentes experiências formativas.

Como principal encaminhamento, o GT propôs a regulamentação do aproveitamento de atividades desenvolvidas no PIBID, em projetos de extensão, em Atividades Curriculares Complementares (ACC) e em componentes curriculares relacionados às práticas de ensino como parte das atividades de estágio supervisionado. O grupo ressaltou que cada instituição possui suas especificidades e diferentes níveis de avanço na implementação dessas políticas, mas destacou a importância de criação de resoluções, portarias e normativas institucionais que formalizem essa integração.

Durante o debate, também foi discutida a possibilidade de aproveitamento de atividades do estágio supervisionado, embora o grupo tenha optado por não definir consensualmente essa questão, preferindo indicar de forma mais ampla que as instituições se organizem para construir regulamentações próprias voltadas à integração entre estágio, PIBID extensão e atividades curriculares.

Outro encaminhamento importante refere-se à criação de um ambiente digital compartilhado entre as instituições participantes para socialização de documentos, resoluções e normativas relacionadas à integração entre PIBID, estágio e extensão. A proposta busca permitir que instituições que ainda não avançaram nessa discussão possam conhecer experiências já implementadas por outras universidades, fortalecendo o intercâmbio institucional.

O GT também debateu amplamente o papel dos supervisores escolares nos processos formativos do PIBID. Os participantes destacaram que, muitas vezes os

supervisores acabam ocupando um papel secundário dentro do Programa, apesar de sua importância fundamental para formação dos licenciandos. Nesse sentido, o grupo propôs o fortalecimento de processos formativos específicos para supervisores, incentivando sua atuação mais protagonista na formação dos bolsistas.

Foram compartilhadas experiências exitosas de formação conjunta entre supervisores e coordenadores, nas quais professores da educação básica participaram de momentos de troca de experiências e socialização de práticas pedagógicas. Segundo os participantes, essas atividades possibilitam aos licenciandos maior aproximação com o cotidiano da escola pública e com os desafios concretos da docência na educação básica.

O grupo também destacou que os supervisores possuem conhecimentos e experiências que muitas vezes não podem ser substituídos pelos docentes universitários, justamente por estarem inseridos diretamente no cotidiano escolar. Assim, defenderam que o PIBID deve valorizar cada vez mais a experiência dos professores da educação básica como elemento central da formação inicial docente.

Outro eixo importante das discussões foi a relação entre PIBID e pesquisa. O GT defendeu que as experiências desenvolvidas pelos bolsistas nas escolas não devem permanecer apenas como vivências práticas, mas precisam ser convertidas em produção acadêmica e científica. Nesse sentido, o grupo sugeriu incentivo à elaboração de trabalhos científicos e participação em eventos acadêmicos a partir das experiências desenvolvidas no Programa.

Foi enfatizada ainda a necessidade de fortalecimento da ideia do professor pesquisador, compreendendo a prática docente como espaço de investigação e produção de conhecimento. O grupo destacou que o PIBID deve contribuir para consolidação de uma cultura acadêmica em que as experiências pedagógicas realizadas nas escolas sejam analisadas, sistematizadas e divulgadas cientificamente.

Por fim, o GT defendeu que os colegiados de curso e as estruturas institucionais das universidades adotem maior flexibilidade para reconhecer as experiências do PIBID como atividades válidas de pesquisa e formação acadêmica, ampliando as possibilidades de integração entre ensino, pesquisa e extensão nos cursos de licenciatura. A Figura 8 apresenta uma síntese das principais discussões, encaminhamentos e proposições construídas no âmbito do Grupo de Trabalho 2

(GT2)**,** evidenciando os aspectos centrais debatidos pelos participantes durante o seminário.

Figura 8. Síntese da apresentação do GT2

Fonte: CEPEE (2026).

8.3.3 GT 3 – Políticas Educacionais e Curriculares e Impactos nos subprojetos

O Grupo de Trabalho 3 desenvolveu um debate acerca das políticas educacionais e seus impactos sobre a formação docente e a organização curricular da educação básica. As discussões concentraram-se especialmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Reforma do Ensino Médio, compreendidas pelos participantes como políticas que têm promovido mudanças profundas na estrutura curricular das escolas e na atuação dos professores.

O grupo argumentou que a BNCC tem operado muito mais como instrumento de organização política do currículo do que como uma base orientadora construída a partir do respeito à autonomia escolar e docente. Segundo os participantes, as reformas curriculares vêm reduzindo progressivamente os espaços de participação dos professores na construção dos currículos escolares, fortalecendo modelos mais centralizados e tecnicistas de organização da educação.

Os debates apontaram que esse processo tem provocado um esvaziamento da dimensão política do currículo e da formação crítica dos estudantes e professores. Para o grupo, a lógica curricular vigente acaba subordinando a prática docente às avaliações externas e aos sistemas padronizados de ensino, limitando a autonomia dos professores e reduzindo sua atuação ao cumprimento de conteúdos previamente estabelecidos.

Também foi discutido o impacto dessas políticas sobre a produção de materiais didáticos, os sistemas de avaliação e a própria organização do trabalho pedagógico nas escolas. O grupo ressaltou que a ênfase excessiva em competências, habilidades e performatividade tem contribuído para enfraquecimento dos conteúdos específicos das áreas de conhecimento e para precarização da formação intelectual dos estudantes.

Nesse contexto, os participantes defenderam a importância de fortalecer a formação política, intelectual e crítica dos futuros professores. O grupo compreende que o PIBID deve contribuir para formação de docentes capazes de interpretar a realidade social, compreender os processos históricos e culturais envolvidos na educação e atuar criticamente na construção do currículo escolar.

Outro aspecto enfatizado refere-se à necessidade de superação das dicotomias entre teoria e prática, universidade e escola, formação acadêmica e cotidiano escolar.

Segundo os participantes, é fundamental reconhecer a escola pública como espaço legítimo de produção de conhecimento, reflexão pedagógica e construção curricular.

Também foi destacado que o fortalecimento do professor como sujeito de fala e de construção do conhecimento constitui elemento central para resistência às lógicas neoliberais presentes nas políticas educacionais contemporâneas. Nesse sentido, defendeu-se que o PIBID deve atuar como espaço de valorização da autonomia docente, da criticidade e da construção coletiva do trabalho pedagógico.

Por fim, os participantes ressaltaram a necessidade de valorização da escola como espaço-tempo político, pedagógico e formativo, reafirmando a importância da atuação docente comprometida com a transformação social e com a construção de práticas educativas críticas e emancipadoras.

Figura 9. Síntese da apresentação do GT3

Fonte: CEPEE (2026).

GT 4 – Organização, mediação e sistematização

O Grupo de Trabalho 4 discutiu propostas relacionadas à organização, estruturação e consolidação da Rede PIBID Bahia. O grupo partiu do entendimento de que a constituição de uma rede articulada entre as Instituições de Ensino Superior e a Secretaria da Educação é fundamental para fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Programa no estado.

Como principal proposta organizativa, o grupo sugeriu a criação de um Comitê Gestor da Rede PIBID Bahia, composto por representantes de diferentes segmentos envolvidos no Programa, incluindo coordenadores institucionais, coordenadores de área, supervisores, bolsistas, técnicos e representantes da Secretaria da Educação. Segundo os participantes, a composição ampliada do comitê garantiria maior representatividade e participação democrática nos processos decisórios da Rede.

Além do Comitê Gestor, o grupo propôs a criação de um Núcleo Gestor formado por representantes das Instituições de Ensino Superior participantes da Rede. Esse núcleo teria função mais executiva, sendo responsável pelo acompanhamento das ações, organização das atividades e encaminhamento das decisões deliberadas coletivamente.

O GT destacou ainda a importância da mediação institucional realizada pela Secretaria da Educação na organização da Rede, incluindo a solicitação formal de indicação de representantes das instituições participantes e a coordenação dos processos organizativos necessários ao funcionamento da estrutura proposta.

Quanto ao funcionamento da Rede, o grupo sugeriu a realização periódica de reuniões do Comitê Gestor e do Núcleo Gestor, combinando encontros presenciais e virtuais. Os participantes ressaltaram as dificuldades logísticas enfrentadas pelas instituições devido às grandes distâncias entre os municípios baianos, destacando a importância das reuniões online como estratégia de continuidade das ações.

Outro encaminhamento importante foi a proposta de institucionalização do Seminário da Rede PIBID Bahia, com realização periódica e organização coletiva entre as instituições participantes. O grupo destacou que o seminário deve constituir espaço

permanente de socialização de experiências, debates formativos e fortalecimento das articulações institucionais.

Além das atividades acadêmicas e formativas, os participantes defenderam a realização de atividades culturais e momentos de convivência durante os encontros da Rede, entendendo que o fortalecimento dos vínculos afetivos entre os participantes também é elemento importante para sustentação das ações coletivas.

Figura 10. Síntese da apresentação do GT4

Fonte: CEPEE (2026).

GT 5 – Gestão e Financiamento à programas de iniciação à docência

O Grupo de Trabalho 5 concentrou suas discussões nas questões relacionadas à gestão e ao financiamento dos programas e projetos de iniciação à docência. Os participantes destacaram que a sustentabilidade e ampliação das ações do PIBID dependem diretamente da garantia de financiamento público contínuo e de políticas institucionais de apoio à formação docente.

Como primeiro encaminhamento, o grupo propôs a inclusão nos planos orçamentários da Secretaria da Educação do Estado da Bahia de recursos específicos destinados às ações vinculadas ao PIBID. Entre as possibilidades debatidas para composição desse financiamento, foram mencionadas articulações com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), emendas parlamentares, editais públicos e cooperações técnicas voltadas à promoção de eventos formativos, publicações acadêmicas e ampliação do número de bolsas.

O GT também propôs a criação de rubricas específicas para financiamento de materiais didático-pedagógicos e adequação física das escolas parceiras, de modo que as unidades escolares possam dispor de melhores condições para realização das atividades do Programa.

Outro ponto debatido refere-se à necessidade de financiamento da mobilidade urbana e intermunicipal das equipes do PIBID. O grupo destacou as dificuldades enfrentadas por estudantes, supervisores e coordenadores para deslocamento entre municípios, especialmente em regiões do interior do estado. Nesse contexto, foram sugeridas medidas de apoio financeiro para transporte das equipes e até mesmo aquisição de veículos destinados às atividades de campo do Programa.

Também foi discutida a necessidade de contrapartida institucional da Secretaria da Educação para implantação de espaços físicos destinados à gestão do PIBID e ao desenvolvimento de práticas formativas docentes. Segundo os participantes, a existência de espaços institucionais adequados contribuiria para fortalecimento das ações pedagógicas e administrativas do Programa.

O grupo defendeu ainda a realização periódica de debates específicos sobre gestão e financiamento da iniciação à docência, compreendendo que esses temas devem

permanecer permanentemente em discussão como estratégia de fortalecimento político do PIBID.

Durante as discussões, os participantes elaboraram também uma reflexão crítica sobre a crescente dependência de emendas parlamentares para financiamento das políticas educacionais. Foi ressaltada a preocupação com o deslocamento da responsabilidade do financiamento público da educação para negociações parlamentares, processo considerado problemático pelos participantes.

Nesse debate, argumentou-se que o financiamento da educação pública deve constituir responsabilidade permanente do Estado e do poder executivo, não podendo depender exclusivamente de articulações políticas pontuais. Foi destacado que a dependência de emendas parlamentares pode fragilizar as políticas públicas educacionais e submeter programas estratégicos, como o PIBID, a processos instáveis de financiamento.

Figura 11. Síntese da apresentação do GT4

Fonte: CEPEE (2026).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O II Seminário PIBID – Articulação da Educação Básica com Instituições de Ensino Superior Baianas: Movimentos Formativos consolidou-se como um importante espaço de diálogo, articulação institucional e fortalecimento da política de formação inicial de professores no Estado da Bahia. Ao reunir representantes da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, da CAPES, do FORPIBID e das Instituições de Ensino Superior participantes do Programa, o evento possibilitou a construção de uma agenda comum voltada ao aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do Edital CAPES nº 10/2024 e à implementação da Portaria CAPES nº 357/2025 (Avalia PIBID).

As discussões realizadas ao longo dos dois dias evidenciaram a relevância do PIBID para o fortalecimento das licenciaturas, para a valorização da escola pública como espaço formativo e para a aproximação entre universidade e educação básica. Os diferentes momentos da programação permitiram aprofundar reflexões acerca dos desafios da formação docente, especialmente no contexto da implementação do novo modelo nacional de avaliação dos projetos institucionais, reforçando a necessidade de construção de uma cultura avaliativa comprometida com a qualidade, a diversidade das realidades institucionais e o aperfeiçoamento contínuo do Programa.

O Seminário também evidenciou a importância da atuação articulada entre os diversos atores responsáveis pela execução do PIBID. As contribuições apresentadas pela CAPES, pelo FORPIBID, pela Secretaria da Educação e pelas Instituições de Ensino Superior demonstraram que o fortalecimento do Programa depende da consolidação de mecanismos permanentes de cooperação, da ampliação dos espaços de diálogo e da construção coletiva de estratégias voltadas ao enfrentamento dos desafios relacionados à permanência estudantil, ao financiamento das ações, à produção acadêmica, ao acompanhamento pedagógico e à institucionalização das experiências desenvolvidas.

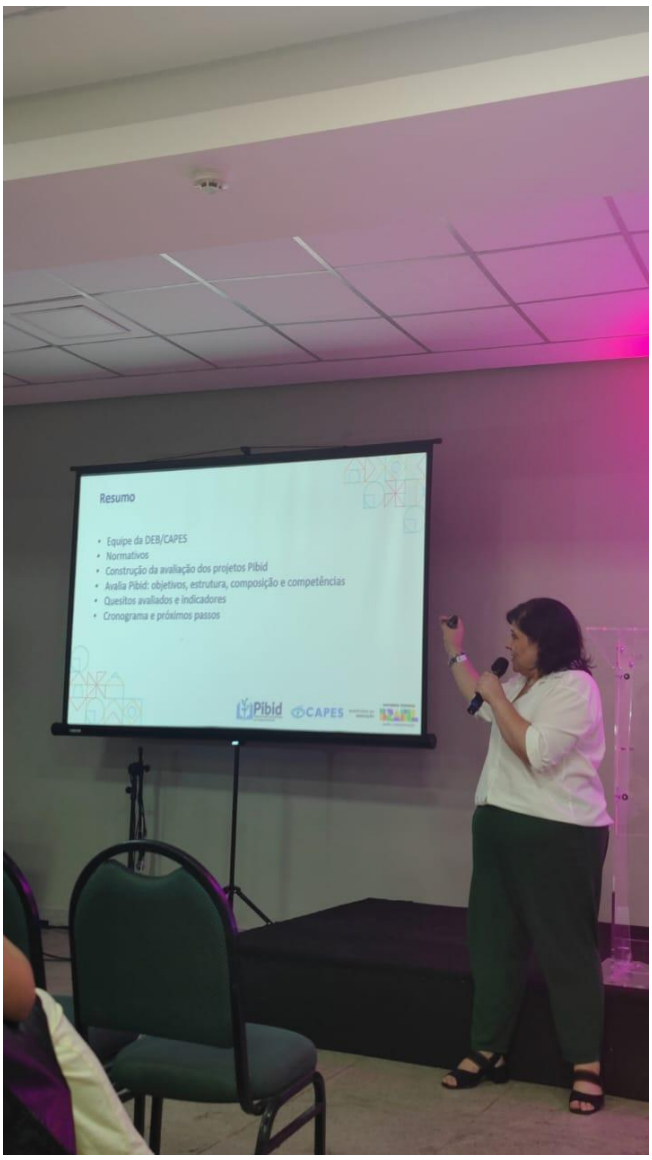
Destaca-se, ainda, que a realização do II Seminário representou a retomada de um espaço de integração entre as instituições participantes do PIBID na Bahia. A expressiva participação das Instituições de Ensino Superior, representadas por coordenadores institucionais, coordenadores de gestão e coordenadores de área, evidenciou o compromisso coletivo com o fortalecimento do programa de iniciação à docência e demonstra a relevância da manutenção de diálogos permanentes de articulação e cooperação interinstitucional.

Portanto, os resultados registrados neste relatório são referência para o planejamento das próximas ações da Secretaria da Educação e das Instituições de Ensino Superior, reafirmando o PIBID como política essencial para a qualificação da formação de professores e para o fortalecimento da educação pública no Estado da Bahia e no Brasil.

APÊNDICE A

REGISTROS DAS ATIVIDADES

Imagem 1. Apresentação da Coordenadora Geral CAPES- Lorena Lins Damasceno



Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 2. Mesa institucional. Participação de Vania Almeida (IAT), José Bites (CEPEE), Jaqueline Rabelo (FORPIBID) e José Aurimar Angelim (IFBAIANO).

Fonte: CEPEE (2026).

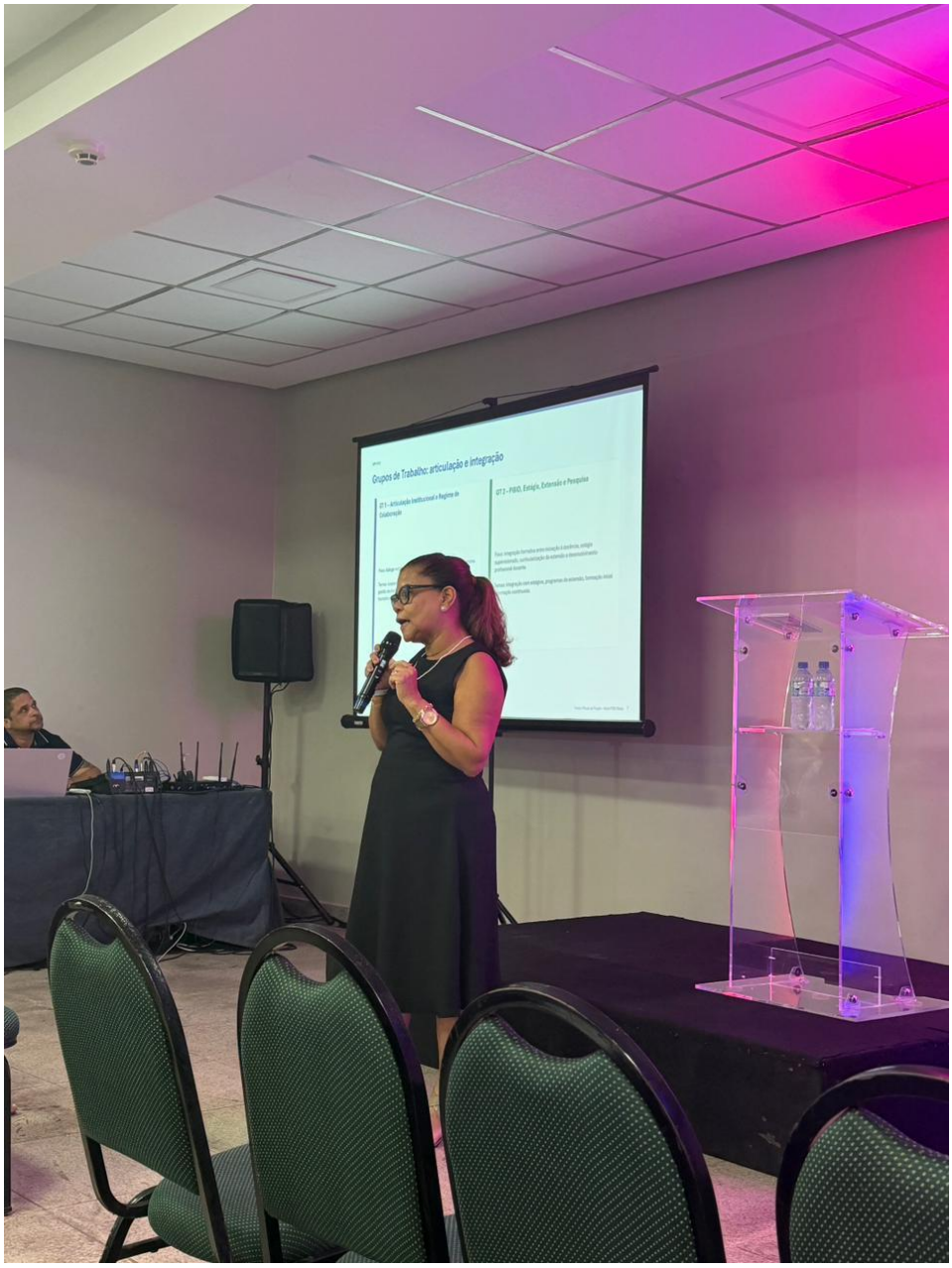
Imagem 3. Registro com os coordenadores do IFBA

Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 4. Diálogo com a SEC (CEPEE). Composição: Tania Benevides e Carina Araújo.

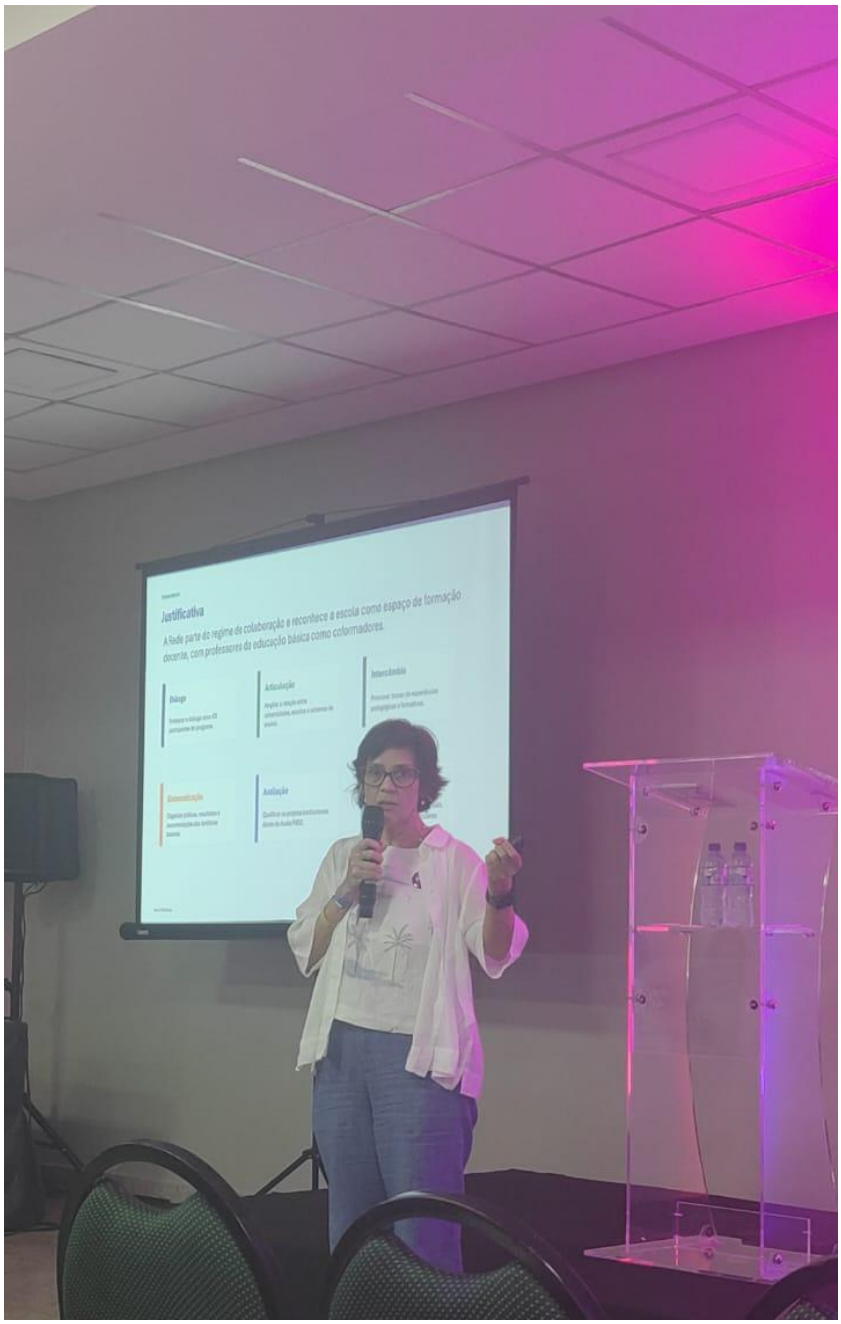
Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 5. Apresentação da REDE PIBID BAHIA. Explanação da coordenadora institucional da UESC, Sandra Abreu.



Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 6. Apresentação da REDE PIBID BAHIA. Explanação da coordenadora institucional da UFSB, Gabriela Rodella



Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 7. Registro coordenadores.

Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 8. Registro com os coordenadores da UNEB, Presidenta do FORPIBID

Fonte: CEPEE (2026).

Imagem 9. Coordenadores instituições

Fonte: CEPEE (2026).